



ATOS GOLPISTAS

A semana política começa com a expectativa de que a Procuradoria-Geral da República apresente, nos próximos dias, a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela tentativa de golpe de Estado após a vitória petista em 2022

Denúncia da PGR deve abalar o bolsonarismo

» RENATO SOUZA

Ed Alves/CB/D.A. Press

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pode apresentar nesta semana a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros envolvidos em uma tentativa de golpe de Estado. A perspectiva na cúpula do Ministério Público é de que a peça seja enviada antes do carnaval.

O documento já está pronto e passou pelos últimos detalhes na semana passada. Após a denúncia, o país vai enfrentar uma turbulência política que está apenas começando. A ação penal que será aberta para julgar os envolvidos no caso deve durar vários meses no Supremo Tribunal Federal (STF), em um momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em declínio de popularidade e que a direita tenta se aproveitar disso para aprovar, no Congresso, um projeto de anistia geral para os extremistas.

Bolsonaro é um dos políticos que clamam por uma anistia a ser colocada em prática pelo Legislativo. Porém, não é possível anistiar pessoas que ainda estão sendo julgadas, que não receberam condenações, sob risco de interferência no Judiciário e, até mesmo, acusações de tentativa de obstrução de Justiça. No Supremo, uma ala da Corte entende que anistiar crimes contra o Estado Democrático de Direito é inconstitucional, tendo em vista artigos da Carta Magna que punem a tentativa de abolir as instituições democráticas, de atentar contra o governo democraticamente eleito e contra o respeito à soberania popular, exercido por meio do sufrágio universal.

A PGR afirma que militares, integrantes do governo na gestão Bolsonaro e extremistas tentaram colocar em prática um golpe para anular o resultado das eleições e derrubar o governo eleito no pleito de 2022. A Procuradoria diz que Bolsonaro “planejou, atuou e teve domínio de forma direta e efetiva” em uma estratégia golpista para mantê-lo no poder, mesmo após ter perdido a disputa no segundo turno das eleições.

Além dele, foram denunciados também o general Braga Netto, Augusto Heleno, que chefiou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira e outras 36 pessoas. A oposição convoca protestos contra o governo Lula para o dia 16 de março.

A alegação é a alta no preço dos alimentos, desvalorização do real frente ao dólar, além de outras medidas, como a taxaço de compras internacionais e a acusação de tentativa de monitoramento das transações via Pix — prevista em norma da Receita, revogada após



O relatório da PGR que traz a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro já está pronto e o procurador-geral Paulo Gonet deve apresentá-la ao Supremo a qualquer momento

um forte movimento nas redes sociais.

No Congresso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União -AP), são pressionados para pautar ações relacionadas à anistia. Mas a resistência ocorre em razão do choque com o Supremo.

Trâmite

Guilherme Barcelos, doutor em direito constitucional, advogado eleitoralista e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), destaca que o julgamento das denúncias

apresentadas pela PGR precisam seguir ritos processuais rigorosos, em que qualquer falha ou atropelo pode resultar em pedidos de anulação do julgamento, além de suspeição dos magistrados. “Há ritos processuais a serem respeitados, sendo que o seu desrespeito poderá ou deverá acarretar nulidades. Como a ação é originária (começa no STF), há previsão, inclusive, regimental, de apresentação de uma defesa prévia”, aponta o especialista.

Barcelos explica, com exemplo: “Digamos que a denúncia seja apresentada. Antes da fase do recebimento a defesa será notificada para se manifestar

— lembrando que o sujeito só se torna réu se recebida a denúncia. Somente após, a Corte avaliará se receberá ou não. Recebida a denúncia, o réu será citado para apresentar resposta à acusação, apresentando os seus argumentos iniciais e postulando pela produção de provas que entender pertinentes — como oitiva de testemunhas. O juiz avaliará de novo se a ação reúne condições de prosseguir. Se não, haverá absolvição sumária. Se sim, o processo segue”, afirma.

Ele destaca que a defesa de Bolsonaro, assim como a dos demais réus, pode ser feita por meio de depoimentos, que serão

Passo a passo

Apresentação da denúncia

- Manifestação da defesa
- STF decide se aceita ou não a denúncia
- Se aceita, o denunciado passa a condição de réu

Abertura de ação penal

- Oitiva de testemunhas
- Produção de provas e documentos
- Interrogatório do réu
- Alegações finais (acusação e defesa)
- Julgamento
- Prazo para recursos
- Execução da sentença

anexados no processo. “Tratando-se de processo penal há duas defesas a serem observadas. A técnica, realizada pelos advogados do acusado, e a defesa pessoal, realizada pelo próprio acusado. E quando a defesa pessoal poderá ser realizada? Por meio do interrogatório do réu. É ali que o réu falará, caso deseje. O réu pode permanecer em silêncio. Responder a tudo o que lhe for perguntado, seja pela acusação, seja pela defesa e, em sede de complementação, pelo juiz instrutor. E o réu, inclusive, se assim desejasse, poderia responder apenas às perguntas da defesa. Agora, partindo-se da hipótese de que eventual denúncia seja recebida e que o processo se desenrole a partir daí, não esperem que o ex-presidente venha a falar perante a tribuna do STF. Não. Isso poderá se dar perante uma audiência de instrução apenas, presidida, a rigor, por um juiz instrutor vinculado ao gabinete do ministro relator, por meio do interrogatório, ato final da instrução”, completa Guilherme.

O julgamento está previsto para ocorrer na Primeira Turma do Supremo, de acordo com o regimento interno do STF. O colegiado é formado por cinco magistrados. Porém, caso o relator, Alexandre de Moraes, demonstre interesse, o tema pode ser levado ao plenário, onde os 11 ministros poderiam decidir.

Nos corredores da Suprema Corte corre que o julgamento deve ser encerrado ainda neste ano, evitando que o tema gere turbulência nas eleições de 2026. A Procuradoria desistiu de apresentar uma denúncia conjunta com outras investigações, como no caso das joias, e vai fatiar as acusações, a fim de dar celeridade para cada caso.

Novos ataques às urnas e ao STF

» DANANDRA ROCHA

Em um momento crucial para o seu futuro político, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) voltou a questionar a integridade do sistema eleitoral brasileiro e a atacar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No fim de semana, em entrevista ao canal do YouTube Brazil Talking News, direcionado a seus apoiadores que residem nos Estados Unidos, Bolsonaro proferiu novas críticas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmando, sem apresentar provas concretas, que a instituição teria recebido recursos estrangeiros para incentivar jovens de 16 anos a tirarem o Título de Eleitor.

Segundo ele, essa campanha teria beneficiado candidatos de esquerda, contribuindo para sua derrota nas eleições de 2022. “Eles fizeram uma campanha, aí sim, pode ter dinheiro de fora”, afirmou Bolsonaro, referindo-se ao TSE.

A fala do ex-presidente ocorre em um contexto de crescente pressão jurídica, às vésperas do seu julgamento. A Polícia Federal, recentemente, indiciou

Bolsonaro e outras 39 pessoas por suspeita de envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado e formação de organização criminosa. Agora, a Procuradoria-Geral da República (PGR) deve apresentar uma denúncia formal, o que pode resultar no aprofundamento das investigações e na eventual responsabilização do ex-presidente.

Calúnia

O ex-mandatário vinha adotando uma postura mais cautelosa nos últimos meses, seguindo orientações de seus advogados para evitar confrontos diretos com o STF. No entanto, com a proximidade do envio da denúncia contra ele pela Procuradoria-Geral da República, Bolsonaro voltou a se manifestar.

Na rede social “X”, a presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputada federal Gleisi Hoffmann, ironizou as declarações, sugerindo que Bolsonaro pode estar “tentando ser preso”. A petista alertou que a manifestação nas redes sociais pode agravar a situação do ex-presidente. “Só pelas calúnias contra a Justiça

e o processo eleitoral, em sua última live, Bolsonaro já merecia tomar uns bons anos de cadeia”, expressou a deputada.

Bolsonaro, está com seus direitos políticos cassados e, até o momento, impedido de disputar eleições até 2030. Mas ele e seus aliados no Congresso Nacional vêm trabalhando para trazê-lo de volta à corrida presidencial em 2026..

Impeachment

Essa desaprovação tomou uma proporção internacional. Recentemente, Elon Musk, atual chefe do Departamento de Eficiência Governamental dos Estados Unidos compartilhou uma convocação para manifestação pelo impeachment de Lula feita por Mario Nawfal, fundador do grupo IBC.

Na publicação, Nawfal utilizou imagens do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, para convidar a população a ir para as ruas no dia 16 de março. Perguntado, na live, se também participará da manifestação, Bolsonaro respondeu que sim, mas evitou citar diretamente o pedido de afastamento do atual presidente.

Reprodução/Redes Sociais



Em live, Bolsonaro acusou o TSE de favorecer a candidatura de Lula

“Dá para colaborar nesses movimentos de rua que estão programados para 16 de março aqui no Brasil. Colabore, vá. Procure saber quem está organizando, quais são as pautas, se não tem ninguém ali esquisito que vá fazer uso

da palavra”, disse. “Eu devo estar no Rio de Janeiro. Vai ser o quê? Anistia. E as questões nacionais. Outros vão ser impeachment, outros vão ser outro assunto qualquer. Colabore, participe”, completou em seguida.